

I ENCONTRO INTERNACIONAL EM DIREITO E INOVAÇÃO

MEDIAÇÃO, RESILIÊNCIA E INOVAÇÃO SOCIAL I

M489

Mediação, resiliência e inovação social - I [Recurso eletrônico on-line] organização I Encontro Internacional em Direito e Inovação: Universidade Católica de Pernambuco – Recife/PE;

Coordenadores: Lívia Dias Barros e Pablo Diego Veras Medeiros – Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-429-6

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Sustentabilidade, Consensualidade, Governança Digital e Inteligência Artificial.

1. Consensualidade. 2. Governança Digital. 3. Inteligência Artificial. I. Encontro Internacional em Direito e Inovação (1:2025 : Recife, PE).

CDU: 34

I ENCONTRO INTERNACIONAL EM DIREITO E INOVAÇÃO

MEDIAÇÃO, RESILIÊNCIA E INOVAÇÃO SOCIAL I

Apresentação

É com imensa satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica os frutos colhidos durante o I Encontro Internacional em Direito e Inovação (I EIDI), realizado de 4 a 7 de novembro de 2025.

As páginas que se seguem reúnem as pesquisas que foram aprovadas e apresentadas nos Grupos de Trabalho (GTs) deste evento, que já nasce como um marco para os estudos na intersecção entre o Direito e as novas tecnologias.

O I EIDI nasceu do anseio de criar um fórum qualificado para debater os desafios contemporâneos, sob a égide dos temas da Sustentabilidade, Consensualidade, Governança Digital e Inteligência Artificial.

Promovido pelo Programa de Pós-graduação em Direito e Inovação (PPGDI) da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), com fomento do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP-20253520241P) e apoio do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), da Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE / ESMape, da Placa Mãe.org, da Escola Superior Dom Helder Câmara (MG), do Mestrado Acadêmico em Direito do CESMAC (AL), do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Franca – São Paulo (SP), do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7) – Fortaleza (CE), do Programa de Pós-Graduação em Direitos Fundamentais – PPGDF/UNAMA (PA), do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável (UPE/PE) e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Santa Cecília (Unisanta) - Mestrado em Direito da Saúde, o evento buscou fomentar um diálogo transdisciplinar e global, conectando pesquisadores em torno de soluções inovadoras para as complexas demandas do século XXI.

A resposta da comunidade acadêmica ao nosso chamado foi, em si, um testemunho da pertinência e da urgência de nossa proposta. Recebemos um volume extraordinário de 148 submissões de resumos expandidos, um número que superou todas as nossas expectativas para uma primeira edição. Após um rigoroso processo de avaliação por pares duplo-cego, que garantiu a impessoalidade e a excelência do processo, 130 trabalhos foram aprovados para apresentação em nossos onze Grupos de Trabalho.

A abrangência do encontro manifestou-se na diversidade de origens, com a valiosa participação de pesquisadores de todas as regiões do Brasil e de colegas da Argentina, Colômbia e Itália, consolidando o caráter internacional de nossos debates.

Este e-book representa, portanto, um recorte desta rica produção intelectual. Cada resumo expandido aqui presente reflete o engajamento, a profundidade e o espírito inovador que permearam as discussões em seu respectivo Grupo de Trabalho. São contribuições que não apenas diagnosticam os desafios atuais, mas que, sobretudo, apontam para novos caminhos, novas interpretações e novas soluções.

Nossa gratidão estende-se a todos que tornaram este projeto possível: aos autores, pela excelência de suas pesquisas; aos coordenadores dos Grupos de Trabalho, pela maestria na condução dos debates; ao Comitê Científico e aos pareceristas, pelo trabalho criterioso e dedicado de avaliação imparcial; e, de forma especial, ao Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), cuja parceria foi fundamental para viabilizar este legado editorial.

Que a leitura destas páginas inspire novas reflexões, fomente novas pesquisas e contribua para o avanço contínuo do Direito em uma sociedade em constante transformação. Este é apenas o marco inicial de uma jornada que esperamos continuar a trilhar junto a todos vocês.

Livia Dias Barros

Coordenadora da Comissão Organizadora

Coordenadora do PPGDI/UNICAP

Vinicius de Negreiros Calado

Coordenador do Comitê Científico

Professor Fundador do PPGDI/UNICAP

A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA CGMORIENTA NA PREFEITURA DO RECIFE: O AVANÇO NA EFICÁCIA COMUNICACIONAL INTERNA FRENTE AS INOVAÇÕES DIGITAIS.

THE IMPLEMENTATION OF THE CGMORIENTA SYSTEM IN RECIFE CITY HALL: ADVANCEMENT IN INTERNAL COMMUNICATION EFFICACY IN THE FACE OF DIGITAL INNOVATIONS.

Laura Porfirio Vieira

Resumo

A implementação do sistema CGMorienta na Prefeitura do Recife representa um marco na adaptação da administração pública que visa estabelecer um vínculo informativo e padronizar o entendimento das normas vigentes entre os servidores públicos. Por essa perspectiva, este resumo tem como objetivo analisar a eficiência da implementação de inovações tecnológicas no âmbito da governança pública e destrinchar o funcionamento do CGMorienta no que diz respeito a comunicação interna frente ao sistema jurídico. A pesquisa tem seu caráter exploratório, intencionado em apurar como as tecnologias se inserem no meio administrativo público e em investigar o aproveitamento e da base de dados fornecidas pelo Gerência Geral de Controle da Regularidade, Orientações e Normas (GGCRON) para o sistema operacional. Por fim, este trabalho apresenta a inovação digital promovida pela prefeitura do Recife através do CGMorienta não apenas como um facilitador ao acesso à informação, mas como o resultado de um sistema público cada vez mais eficiente e transformado pela Era Digital.

Palavras-chave: Comunicação informativa, Eficiência, Inovação, Governança digital

Abstract/Resumen/Résumé

The implementation of the CGMorienta system in the Recife City Hall represents a milestone in the adaptation of public administration, aiming to establish an informational link and standardize the understanding of current regulations among public servants. From this perspective, this summary aims to analyze the effectiveness of implementing technological innovations in public governance and to the functioning of the CGMorienta system regarding internal communication with the legal system. The research is exploratory in nature, aiming to determine how technologies fit into the public administrative environment and to investigate the use of the database provided by the General Management of Regularity, Guidelines, and Standards Control (GGCRON) for the operating system. Finally, this work presents the digital innovation promoted by the Recife City Hall through CGMorienta not only as a facilitator of information access, but also as the result of an increasingly efficient public system transformed by the Digital Age.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Cgmorienta, Efficiency, Digital innovation, Governance

INTRODUÇÃO

A era da transformação digital redefiniu a forma como organizações públicas e privadas operam. No domínio do Governo Digital, a incorporação de tecnologias não é apenas algo passageiro, mas um caminho viável e oportuno para aprimorar a eficiência e a transparência dos serviços prestados. Com o ímpeto de se integrar mais nesse contexto, a Prefeitura do Recife, por meio da Controladoria Geral do Município (CGM), implementou o sistema CGMOrienta em 2018, uma ferramenta projetada para gerenciar o controle interno e centralizar a comunicação institucional com seus servidores.

Este resumo justifica-se na necessidade de compreender como as plataformas digitais, como o CGMOrienta, contribuem para uma gestão pública mais ágil, transparente e em consonância com os princípios constitucionais da Administração Pública dispostos no Art. 37 da Constituição Federal de 1988, como a eficiência e a publicidade vide atuação no município do Recife. Em paralelo, a seguinte pesquisa segue sua problemática em questionar as limitações jurídicas e dilemas envolvendo a ética pública na atuação do CGMOrienta no município do Recife, visando ressaltar o caráter orientativo proposto pelo programa desde sua criação ao seu uso cotidiano pelos servidores que estão usufruindo de seus guias técnicos.

Ademais, o objetivo geral desta análise é avaliar, através de uma pesquisa qualitativa, a eficácia dessa proposta inovadora de centralização de orientação quanto a normatização vigente e diretrizes técnicas necessárias para o funcionamento harmônico a gestão pública do Recife. Dos objetivos específicos, salientam-se a essencialidade de apresentar o atual contexto revolucionário causado pela Era da informação digital e seus impactos na governança, destrinchar o funcionamento do CGMOrienta em prol da obliteração da desinformação interna no sistema municipal do Recife e, junto à este último, definir as delimitações funcionais desse programa em congruência com o sistema jurídico- administrativo.

DESENVOLVIMENTO

A priori, destacar a evolução do avanço tecnológico nos últimos anos é fundamental para o entendimento da temática. A forma assustadora que softwares e Inteligências artificiais vem se apresentando na atual sociedade mostram que o futuro será guiado por esse tipo de eficiência

administrativa de maneira a facilitar cada vez mais trabalhos burocráticos e tradicionalistas, o que, por uma visão progressista, é um grande feito histórico e revolucionário.

Nesse contexto, é inevitável o impacto dessa área no sistema governacional, que, por sua vez, implica uma nova abordagem relacionada a tecnologia de informação (TI) cujo o objetivo seria adequar práticas, que já se perpetuam no setor privado, ao setor politizado e multissetorial público. Como um dos marcos dessa mudança, surgiu a doutrina baseada no Novo Gerenciamento Público (do inglês, *New Public Management*), terminologia utilizada para explicar a reforma na gestão de recursos e informações que buscava mais eficiência no setor público desde 1980, em países como o Reino Unido e outros da OCDE. Entretanto, esse conceito acabou por descentralizar e fragmentar a governança pública, vindo a ser substituído pela Governança da Era Digital (do inglês, *Digital Era Government*), que buscou reparar essa fragmentação e trazer mais inovações digitais no setor (CEPIK; CANABARRO; POSSAMAI, 2011).

Este novo, e ainda atual, paradigma não enxerga a tecnologia apenas como uma ferramenta para corte de possíveis custos, mas também como uma estratégia para redefinir a organização do Estado, tendo em mente um modelo de gestão integrado, inclusivo e cada vez mais eficiente. A fim de atingir essa integração e coordenação, a governança digital cria estruturas interdepartamentais de fácil acesso e que possibilitam a comunicação interna, como o CGMOrienta, fazendo com que cada vez menos descentralizado.

1. O CGMOrienta no combate à informação dispersa no município do Recife e seu funcionamento jurídico.

O CGMOrienta, desenvolvido pela Controladoria Geral do Município (CGM) do Recife, materializa o avanço da administração pública municipal para além das limitações estritas do modelo burocrático e meramente gerencialista, posicionando-se como uma peça-chave na construção da Governança da Era Digital. Este sistema representa um fator crucial: A prevenção de irregularidades administrativas por erros técnicos.

Sua natureza de ferramenta integrada e centralizada de informações técnicas de controle interno atua diretamente no cerne da prevenção de irregularidades, um imperativo categórico do Art. 37 da Constituição Federal, que exige a obediência aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e, notavelmente, a Eficiência. Ao disponibilizar um vasto e compilado banco de dados de normas e procedimentos, e criando um canal formal e virtual para que o servidor tire dúvidas, o sistema diminui drasticamente o risco de erros por

desconhecimento, aprimorando a qualificação técnica do corpo funcional e fortalecendo o princípio da Eficiência em todas as esferas da gestão municipal.

Nesse esforço contínuo e preventivo de submeter a atuação administrativa ao império do Direito, garantindo a uniformidade e a coerência das orientações, o CGMOrienta reflete a própria essência de um Direito Administrativo moderno. Afinal, o contencioso administrativo e, por extensão, o controle de legalidade que o antecede é “a parte mais geral e a mais jurídica do Direito Administrativo”, sendo indispensável para proteger a legalidade, a atuação isenta e a probidade da máquina pública (Laferrière, 1841-1901). Este fundamento clássico encontra na plataforma digital do Recife uma aplicação contemporânea e altamente eficaz, promovendo a segurança jurídica interna. Além disso, o rigor metodológico no fluxo de consultas, que são formalmente protocoladas, distribuídas, respondidas pela Gerência Geral de Controle da Regularidade, Orientações e Normas (GGCRON) e, posteriormente, transformadas em "perguntas frequentes" em um registro acessível e concreto de conhecimento institucional. Esta base de dados formalizada, apesar de garantir que as orientações sejam uniformes, isonômicas e coerentes em toda a municipalidade, não tem o poder de júri, ou seja, ele não possui a competência para proferir decisões administrativas em casos concretos, nem para emitir um parecer jurídico consultivo que obrigue juridicamente a administração. Desse modo, o CGMOrienta surge como uma “bússola legal” preventiva de vanguarda no Recife que prioriza, acima de tudo, a estrutura jurídica tradicional que declara como competência da Procuradoria Geral do Município os casos de análise interpretativa mais profunda, como previsto no art. 2, inciso II da Lei Municipal N° 19.352/202 .Com isso em vista, declara-se que o sistema não substitui o julgamento final da autoridade competente, demonstrando que a governança digital deve seguir ativamente a estrutura tradicionalista jurídica imposta a cada órgão que compõe o sistema público.

Assim, chega-se a conclusão de que o CGMOrienta transcende a mera digitalização de um processo, estabelecendo um robusto mecanismo de *accountability* (traduzido para o português, contabilidade) interna e gestão de riscos que é fundamental para sustentar a confiança, a ética pública e a integridade exigidas pela sociedade na complexa Era Digital. A plataforma se consolida, portanto, como uma bússola ética e legal para a gestão dos recursos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais do município, orientando preventivamente para a correta execução. Esse papel se torna ainda mais vital no atual contexto, onde o avanço tecnológico na administração pública exige que a governança digital esteja

alinhada com a ética pública para construir confiança em um mundo de algoritmos (CAVALCANTE; OTA; OLIVEIRA, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim O CGMOrienta do Recife é muito mais do que um sistema, ele é um divisor de águas na forma como a prefeitura se relaciona com seus servidores e com a lei. Ao centralizar a comunicação institucional e as orientações técnicas de controle interno, a plataforma materializa a busca por uma gestão pública mais eficiente e transparente, em total alinhamento com os princípios constitucionais da Legalidade e da Eficiência dispostos no Art. 37 da Constituição Federal. Sua função primordial de prevenção de irregularidades, através da uniformização de procedimentos e da criação de um vasto acervo de conhecimento institucional (o que mitiga a desinformação interna), estabelece um robusto mecanismo de gestão de riscos, essencial para a segurança jurídica interna e para o fortalecimento da confiança na administração municipal, conforme exigido pela sociedade na atualidade.

Apesar dos notáveis avanços na promoção da ética pública e na melhoria da qualificação técnica do corpo funcional, o estudo reconhece e endereça a limitação jurídica inerente ao CGMOrienta, que reside em seu caráter estritamente orientativo e não decisório ou juridicamente consultivo. Esta delimitação funcional, embora decorrente da natureza da Controladoria como órgão de controle interno e não como órgão de consulta jurídica de cúpula, como a Procuradoria Geral, deve ser claramente compreendida. A eficácia do sistema reside, portanto, em sua capacidade de guiar a execução administrativa para a conformidade, servindo como uma bússola legal para as operações contábeis, financeiras e operacionais, mas sem substituir o parecer jurídico formal nos casos controversos ou complexos que demandem análise decisória.

Em última análise, o sucesso do CGMOrienta atesta a viabilidade e a relevância de utilizar plataformas digitais como ferramentas estruturantes na transformação da gestão pública. A pesquisa qualitativa demonstrou a importância desse programa na obliteração da desinformação interna e na promoção de um funcionamento mais harmônico da administração do Recife. Futuras análises podem se aprofundar na mensuração do impacto desse instrumento na redução de contenciosos administrativos e no aprimoramento da probidade e integridade na gestão de recursos. O caso do Recife serve, assim, como um valioso modelo de como a tecnologia da informação pode ser estrategicamente aplicada para construir um Estado mais moderno, coeso

e responsivo às necessidades do século XXI, reforçando que a governança digital e a ética pública caminham juntas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

RECIFE. Controladoria Geral do Município. Gerência Geral de Controle da Regularidade, Orientações e Normas (GGCRON). **Orientação Técnica nº 001/2019: Informações necessárias para o cadastramento dos usuários no sistema CGMOrienta**. Recife, PE: CGM, 25 jan. 2019.

RECIFE. **LEI MUNICIPAL Nº 19.352, DE 15 de Janeiro de 2025** . Recife, 27 jul. 2005. Disponível em: <http://leismunicipa.is/22oq3>. Acesso em: 10 out. 2025.

CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego; POSSAMAI, Ana Júlia. Do Novo Gerencialismo Público à Governança da Era Digital. In: SILVA, Maria (Org.). *Gestão Pública e o Século XXI*. Brasília: ABC, 2011. p. 35-58.

LAFERRIÈRE, Édouard. *Traité de la juridiction administrative et des recours contentieux* (Tratado de Jurisdição Administrativa e dos Recursos Contenciosos). Paris: LGDJ, 1989. v. 2.

CAVALCANTE, Ailton Ferreira; OTA, Kleber da Cunha; OLIVEIRA, Valdivino José de. GOVERNANÇA DIGITAL E ÉTICA PÚBLICA: CONSTRUINDO CONFIANÇA EM UM MUNDO DE ALGORÍTMOS. Revista Políticas Públicas & Cidades, [S. l.], v. 13, n. 2, p. e1445, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-392-2024. Disponível em: <https://journalppc.com/RPPC/article/view/1445>. Acesso em: 10 out. 2025.